

Haddad tentou e não conseguiu conter inflação

O fracasso de diversos planos de estabilização econômica adotados no passado levou o ex-ministro Paulo Haddad a agir com dupla cautela no combate à inflação, obedecendo etapas necessárias à definição de um programa econômico consistente para o País. Entretanto, os resultados dos índices de preços geraram pressões para que fossem apresentadas soluções mais imediatas, indicando que o prazo previsto para o amadurecimento do plano teria que ser reduzido. Outros fatores também contribuíram para tornar difícil a permanência de Haddad no Governo, e sua substituição por Eliseu Resende foi imediata, segundo análise da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima).

Embora a troca de ministros tenha se tornado prática habitual no País, a forma como foi conduzida a mudança no comando da economia causou apreensão nos agentes econômicos e gerou insatisfação entre empresários e políticos. Os nomes inicialmente indicados pelo presidente Itamar para ocupar quatro diretorias do Banco Central e duas do Banco do Brasil, anunciados na segunda-feira, foram duramente criticados por lideranças daqueles setores, que os consideraram indicações políticas para cargos técnicos. Diante das fortes reações, e a pedido do novo ministro, o Presidente suspendeu as nomeações no dia seguinte.

Para reverter o clima de instabilidade nas relações com as lideranças políticas que vinham dando sustentação ao Governo no Congresso, Itamar iniciou um processo de recuperação da confiança abalada nos últimos dias.

Com isso, fica comprometida a última etapa de votação do IPMF no Senado, que dependerá da exposição de Eliseu e da manutenção dos entendimentos do seu antecessor para aprovação final, prevê a Andima.

O fato é que Haddad já havia conquistado apoio e suas ações geravam credibilidade. Ele havia anunciado que as medidas básicas para estabilizar a economia brasileira incluíam importantes mudanças em relação à dívida pública mobiliária, prevendo o resgate substancial de títulos, alongamento voluntário de prazos e provável lançamento de títulos indexados ao dólar, lastreados em parte das reservas cambiais man-

*Seja qual for as
idéias de Resende,
o Governo só vai
conseguir baixar as
taxas de juros se
reduzir o déficit
público. Para isso,
terá de retomar
as privatizações*

tidas no Banco Central. A mudança de comando gerou dúvidas quanto à manutenção desta linha de atuação.

Soluções — Pôde-se verificar, também, que a aceleração inflacionária e a falta de soluções para a questão do déficit público levaram à ampla utilização da emissão de títulos como instrumento de financiamento. Tal procedimento vem elevando gradualmente a participação dos títulos da dívida pública federal nos haveres financeiros, que atingiu 20,46 por cento em dezembro último e caminha nos mesmos níveis observados no início do governo Collor, quando atingiu 21,2 por cento. O fato é que a necessidade de

manter tomadores finais de recursos no curtíssimo prazo criou um mercado cativo para estes papéis nas carteiras dos Fundões e nas aplicações compulsórias dos Fundos de Pensão.

Na realidade, sejam quais forem as idéias de Eliseu Resende, o Governo só conseguirá baixar as taxas de inflação e de juros se reduzir o déficit público. Para isso, terá que retomar o programa de privatização e acertar os débitos dos bancos estaduais, entre outras medidas de contenção de despesas.

Desta forma, explica, a análise da Andima voltará a ter credibilidade. Em fevereiro, o Tesouro apresentou um déficit de caixa de Cr\$ 14 trilhões, devido à elevação dos gastos com o funcionalismo público, pagamento de juros da dívida externa e ligeira queda na arrecadação.

Do ajuste fiscal proposto inicialmente pelo Governo para aumentar as receitas da União, restou o IPMF, que, se aprovado pelo Senado, deverá prover uma receita substancial — de acordo com estimativas do Governo, de quatro a oito bilhões de dólares este ano. Deve-se considerar, entretanto, que a experiência tributária no Brasil demonstra que tributos em excesso aliados a alíquotas crescentes resultam em contínua queda de arrecadação. A estrutura tributária complexa acaba gerando um alto nível de sonegação, que corrói mais de 40 por cento das receitas fiscais.

Tributos — Tendo em vista que atualmente existem mais de 50 tipos de tributos, entre impostos diretos e indiretos, contribuições e taxas, a instituição de mais um imposto, embora em caráter transitório, poderá não proporcionar o retorno esperado pelo Governo. A arrecadação, em si, deverá ser satisfatória, já que, por suas características, o IPMF dificulta a sonegação. Mas os reflexos sobre a inflação e as taxas de juros serão inevitáveis.